

AS ORIGENS DA UDN: COMPOSIÇÃO SOCIAL E DISCURSO POLÍTICO

LOS ORÍGENES DE LA UDN: COMPOSICIÓN SOCIAL E DISCURSO POLÍTICO

THE ORIGINS OF THE UDN: SOCIAL COMPOSITION AND POLITICAL DISCOURSE

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i3.59247>

Anderson Deo¹

Marina Olinda Calori de Lion²

Resumo: O artigo apresenta a atuação política das frações sociais que deram origem à União Democrática Nacional, no contexto histórico de sua criação. Para compreender o processo que deu origem a UDN, pretendemos analisar o período da República Velha (1889-1930). Fundamentalmente, o domínio político-econômico concentrado pelos grandes proprietários de terras e todo arcabouço político-institucional que garantia sua hegemonia. A hipótese aqui levantada indica que a UDN condensou uma proposta particular de liberalismo no Brasil, onde articulava politicamente um projeto liberal modernizante, mas com forte conteúdo social e econômico que garantiam a continuidade do domínio da burguesia agrária em desenvolvimento no país. Dessa forma, o projeto político-econômico da UDN expressaria um caráter dual do liberalismo, na medida em que articula o historicamente velho (agrarismo), com o historicamente novo (industrialismo).

Palavras-chave: UDN. Dualidade Liberal. Modernização Conservadora.

Resumen: El artículo presenta las acciones políticas de las fracciones sociales que dieron origen a la Unión Democrática Nacional, en el contexto histórico de su creación. Para comprender el proceso que dio origen a la UDN, nos proponemos analizar el periodo de la Vieja República (1889-1930). Fundamentalmente, el dominio político y económico concentrado por los grandes terratenientes y todo el entramado político e institucional que garantizaba su hegemonía. La hipótesis aquí planteada indica que la UDN condensó una propuesta particular de liberalismo en Brasil, donde articuló políticamente un proyecto liberal modernizador, pero con un fuerte contenido social y económico que garantizaba la continuidad del dominio de la burguesía agraria que se desarrollaba en el país. De esta forma, el proyecto político y económico de la UDN expresaba un carácter dual del liberalismo, en la medida en que articulaba lo históricamente viejo (el agrarismo) con lo históricamente nuevo (el industrialismo).

Palabras clave: UDN. Dualidad liberal. Modernización conservadora.

Abstract: The article presents the political actions of the social fractions that gave rise to the National Democratic Union, in the historical context of its creation. In order to understand the process that gave rise to the UDN, we intend to analyze the period of the Old Republic (1889-1930). Fundamentally, the political and economic dominance concentrated by the large landowners and the entire political and institutional framework that guaranteed their hegemony. The hypothesis raised here indicates that the UDN condensed a particular proposal of liberalism in Brazil, where it politically articulated a modernizing liberal project, but with strong social and economic content that guaranteed the continuity of the dominance of the agrarian bourgeoisie developing in the country. In this way, the UDN's political and economic project expressed a dual character of liberalism, in that it articulated the historically old (agrarianism) with the historically new (industrialism).

Keywords: UDN. Liberal Duality. Conservative Modernization.

Introdução: breve contextualização histórica dos anos 1930

A União Democrática Nacional (UDN) foi um importante partido político na história brasileira, tendo atuado com protagonismo político entre as décadas de 1950/1970. O udenismo transcendeu o partido e se transformou num conjunto ideológico-político particular que, em uma análise mais profunda, pode ser identificado como elemento compósito da realidade brasileira, que se faz presente até os dias atuais. Para apresentar uma breve perspectiva da história do partido, abordaremos alguns dos diferentes e principais grupos políticos que se reuniram para formar a União Democrática Nacional (UDN), buscando localizar seus antecedentes políticos e sociais, bem como suas lideranças. Para tanto, nossa análise recai sobre a burguesia agrária deposta pela "Revolução de 1930", tendo em vista os diferentes grupos que criariam a UDN em 1945, como os antigos aliados de Vargas, membros da Aliança Liberal³ que romperam (alguns, definitivamente, outros, provisoriamente) com o Estado Novo em 1932, na chamada Revolução Constitucionalista, grupos liberais com fortes laços regionais, como é o caso daqueles que organizaram o Manifesto dos Mineiros⁴, assim como, membros dos grupos políticos dominantes localizados nos Estados.

As tensões provocadas pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial, ao lado das Forças Aliadas, e o já citado Manifesto dos Mineiros, iniciaram uma grande pressão social por parte de frações⁵ da pequena burguesia contra a continuidade do regime estadonovista, isso ainda no ano de 1943. Essa pressão social fez com que o governo Vargas, no ano de 1945, editasse pontos da Constituição que tratavam de eleições, indicando uma abertura democrática e uma possível nova Carta, e é nessa conjuntura que a UDN começa a ser articulada. Os diferentes grupos que compunham o partido representavam os interesses tanto regionais quanto pessoais das lideranças da UDN (Delgado, 2006).

Para compreendermos esse processo, será preciso uma breve análise remetendo ao período da Primeira República, também denominado como "República Velha" (1889-1930). Nesse período, o domínio da política era concentrado, hegemonicamente, pelos grandes proprietários de terras, fato que já vinha gerando insatisfações de algumas forças sociais que almejavam uma mudança no velho cenário institucional do país. Essas insatisfações se intensificaram na década de 1920, período em que surgiram alguns partidos que questionavam essa hegemonia, tal como o PDN (Partido Democrático Nacional), formado por frações da burguesia agrária dissidentes que antes estavam organizados no Partido Democrático de São Paulo, e por membros de grupos regionais, como a Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul. O PDN teve importante atuação no período que precedeu o Estado Novo, muito motivado pelas mudanças sociais e econômicas que fenômenos como a urbanização causaram na sociedade brasileira (Granato, 2020). Várias revoltas e levantes armados passam a ocorrer, expressando, em certo sentido, a insatisfação e o início da organização política de frações da pequena burguesia e do proletariado no país, sobretudo a partir do início dos anos 1900. A organização do movimento operário, sob influência anarco-sindicalista, redundou na grande Greve Geral de 1917. Revoltas como a da Vacina (1904), da Chibata (1910), As Revoltas Tenentistas – entre as que produziram maiores repercussões, Os 18 do Forte de Copacabana, em 1922, A Revolta de 1924, em São Paulo – e a Coluna Prestes (1924-1927), expressavam o esgotamento da dominação política exclusiva da burguesia agrária no país, ao mesmo tempo que anunciavam novos protagonistas que passariam a fazer

parte dos embates políticos. Importante marco da organização do proletariado brasileiro no período, a fundação do PCB, em 1922, daria uma nova dinâmica à luta de classes no Brasil.

Antes mesmo da chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, e do início do Estado Novo (1937), esses grupos já se organizavam de forma política, mesmo que não de forma institucional/partidária. Geralmente, a historiografia hegemônica tende a narrar de forma etapista os períodos de efervescência e agitação política do Brasil. Uma abordagem de corte positivista resume esse período chamado de “República Velha”, que ficou conhecido como “política do café com leite”, quase que de forma descritiva. Se analisarmos de maneira aprofundada, a República Velha marca a articulação social e política desses grupos, cujos desdobramentos incidiram, entre outros aspectos, na fundação da UDN e no fim do Estado Novo.

O golpe liderado por Getúlio Vargas em 1930 marcou o fim do domínio exclusivamente da burguesia agrária que comandava o cenário político desde à época do Segundo Império, e procurou agregar as novas classes que surgiram, como o operariado urbano, e determinadas camadas da nascente burguesia urbana. No entanto, isso não quer dizer que os antigos representantes do latifúndio ficaram de fora do governo que se iniciava “[...] pois a estrutura agrária não foi modificada, logo as bases sociais do coronelismo foram mantidas, bem como a hegemonia do voto rural [...]” (Granato, 2020, p. 141). Entretanto, mesmo alguns desses grupos sendo incorporados pelo Estado Novo, não tardou o rompimento de setores que também fariam parte da UDN.

A UNE (União Nacional dos Estudantes), fundada em 1938, liderava manifestações estudantis que ocorriam já no final do Estado Novo. Neste mesmo período também surgiram associações civis que, na maioria das vezes, eram criadas por setores liberais-conservadores, como, por exemplo, a Liga da Defesa Nacional, que reunia tanto militares quanto civis. A presença de intelectuais “engajados”, bacharéis e todos os outros grupos que comporiam a UDN tinham sua origem em setores, em linhas gerais, “não populares” e o próprio partido frisava que o seu início se deu com “um movimento da sociedade civil das camadas médias para cima” (Benevides, 1981). Também e principalmente por isso se autodenominava o partido das classes médias. Esses grupos apoiaram e compuseram organicamente a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes⁶. Todas essas tensões políticas foram responsáveis, em menor ou maior intensidade, pela queda do Estado Novo. É nesse contexto que a UDN seria criada como sigla partidária em 1945, resultado do tensionamento brevemente descrito acima. As divergências e os rompimentos que esses grupos teriam com o então presidente Getúlio Vargas seria o impulso inicial para a fundação da União Democrática Nacional.

A particularidade da tradição liberal brasileira

Afinal, o que seria a “tradição liberal brasileira”? Como o liberalismo foi reproduzido no contexto histórico brasileiro? Tentaremos abordar na presente seção como os ideais liberais se desenvolveram na particularidade do Brasil, dado seu surgimento na Europa, a partir do século XVII, cuja proposta era de mudança no velho regime social e político, remanescente do período feudal. Tendo em vista que a UDN reivindicava ser um partido de orientação liberal, o objetivo neste item é trazer uma discussão com foco no “liberalismo udenista”.

A UDN se apresentava como a sucessora da “tradição liberal brasileira” como aponta Afonso Arinos (1974 *apud* Benevides, 1981, p. 243)

A União Democrática Nacional é a legítima herdeira da tradição liberal da reforma dos costumes políticos e administrativos [...] Seus ideais mobilizadores, sua confiança no progresso democrático, sua preocupação com as liberdades individuais fazem dela o padrão do liberalismo burguês [...].”

A imagem de sucessora, herdeira, continuadora do liberalismo brasileiro foi o que a sustentou durante toda a sua existência, apesar do sempre presente apelo golpista. Se dizia a representante das classes médias urbanas, buscava suas inspirações em figuras liberais brasileiras históricas, como Teófilo Otoni⁷ e Rui Barbosa, e apesar da autoimagem cunhada de partido modernizador, ainda conseguia se adentrar nas zonas rurais, regiões tidas sociologicamente como atrasadas (Delgado, 2006).

A UDN obtinha parte considerável de seus votos em áreas rurais. Um estudo feito por Gláucio Soares, citado Otávio Dulci (1986) mostra que tanto o PSD (Partido Social Democrático) quanto a UDN possuíam uma expressiva votação nessas áreas em detrimento das zonas urbanas. Curiosamente, os votos na UDN também eram mais frequentes em estados com menor renda per capita e menor alfabetização, contudo, não era um partido de representação unicamente da burguesia agrária. Soares afirma que a UDN também representava boa parte da pequena burguesia urbana nas cidades, e essa dinâmica em relação à base social do partido sugere uma correlação negativa com a industrialização e modernização do país, já que predominava mais a base rural e agrária (Dulci, 1986). Esse fato deixa evidente a influência de frações da burguesia agrária no interior do partido. Existiam também algumas características centrais da política udenista que eram basicamente compostas por:

1. elitismo: a presciência das elites [...];
2. golpismo: ênfase na defesa da ordem e da democracia [...];
3. moralismo: UDN como “o chão limpo da nação” [...]
4. antipopulismo: UDN como veículo de moralização dos costumes políticos;
5. autoritarismo: A UDN privilegiava os meios e secundarizava os fins (Delgado, 2006, p.41).

A UDN surgiu como “resistência” ao Estado Novo e a Getúlio Vargas, reuniu diferentes grupos políticos em uma frente ampla de oposição que tinham como objetivo lutar contra a ditadura estadonovista. Foi esse sentimento oposicionista que reuniu esses variados grupos políticos com diferentes posicionamentos para formar o “partido da eterna vigilância”. Foi, conseqüentemente, um movimento de antigos partidos políticos, grupos de oposição a Vargas, alianças políticas entre todos aqueles que de alguma maneira se mostravam insatisfeitos com o governo, que deu origem à UDN. Essa reunião de diferentes frações políticas foi fundamental à conformação de sua principal característica: a dualidade liberal. Não tardou para que as primeiras cisões tomassem conta da UDN transformando-a em um partido de diferentes vertentes político-ideológicas mas que tinham um único propósito naquele momento: destituir Getúlio Vargas.

A UDN foi fundada oficialmente em 7 de abril de 1945. A escolha da data de fundação não foi por acaso, está diretamente conectada à história política do Brasil, especialmente a relação íntima do liberalismo com o conservadorismo, fortemente presentes na história da burguesia brasileira. Visto que 7 de abril de

1831⁸ é considerada uma data importante para os liberais brasileiros, ironicamente a escolha da data também trouxe de maneira subliminar a sua característica ambígua, talvez porque essa dicotomia entre liberalismo e conservadorismo sempre esteve presente na formação política do país (Benevides, 1981).

A proposta de fazer oposição ao governo de Getúlio Vargas tem de início a justificativa de barrar um projeto continuísta do Estado Novo, da intervenção estatal na economia, principal aversão dos udenistas que viam Getúlio Vargas como sendo o próprio Estado - daí a oposição incansável a ele e o sentimento de “anti-varguismo”. Apesar de não propor nenhum rompimento efetivo com a constituição de 1937, a retórica do partido era a de tornar o regime mais liberal, ou seja, romper com o “autoritarismo” do Estado Novo e abrir a economia.

A UDN defendia um projeto de modernizar o Brasil. Entretanto, essa modernização só seria possível, de acordo com o entendimento do partido, se a economia brasileira fosse aberta ao capital estrangeiro. O partido insistia nessa questão, de que era necessário um projeto avançado, moderno para o país, mas, ao mesmo tempo, tinha aquela já citada expressiva penetração nas zonas rurais, que de certa forma era símbolo do atraso. Partindo do pressuposto de que a UDN representava frações da burguesia cujo objetivo era associar-se ao capital estrangeiro, enquanto Getúlio Vargas representava uma burguesia mais protecionista que visava o fortalecimento do mercado interno e industrialização do Brasil, uma primeira conclusão que podemos indicar é que o partido fazia uma oposição conservadora ao Estado Novo, na medida em que seu projeto político-econômico reproduzia sob novas condições históricas, a sempre presente associação subordinada da burguesia brasileira aos núcleos centrais de reprodução do capitalismo – aqui em plena expansão do imperialismo.

Marca indelével da formação social brasileira, essa característica particular esteve (e está) presente em todo processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, onde a burguesia que aqui vai se constituindo articula formas de exploração intensiva do trabalho do conjunto do proletariado, com a subordinação à dinâmica da reprodução do capital em escala ampliada mundialmente. Politicamente, a referida ambiguidade do ideário liberal reproduzido pela UDN reflete essencialmente esse caráter, de uma burguesia que se utiliza de expedientes autocráticos, que lança mão de golpes de Estado e limita, portanto, qualquer perspectiva de emancipação, mesmo que nos marcos do liberalismo (Deo, 2021)⁹.

Contextualizado de modo breve a formação e primeiras propostas da UDN, partiremos para uma problematização sobre como a herança liberal se desenvolveu de forma particular no Brasil.

Em “*Ao vencedor as Batatas*”, livro do renomado crítico literário Roberto Schwarz, é possível encontrar uma interpretação muito interessante e didática sobre o liberalismo brasileiro, como ele se desenvolveu e se consolidou na realidade do país. “As ideias fora do lugar” é o capítulo que apresenta essa interpretação, nele Schwarz nos explica que as ideias nascidas na Europa – o liberalismo- foram incorporadas e difundidas na história brasileira com uma nova roupagem, onde elas se separam de seu conteúdo revolucionário e emancipatório como foram na Europa e se estabelecem em uma realidade onde o Estado possui um cerne autocrático (Schwarz, 2000).

Ainda de acordo com Roberto Schwarz, “[...] Era inevitável, por exemplo, a presença [...] do raciocínio econômico burguês[...]” (Schwarz, 200, p. 13), ou seja, o liberalismo, necessário naquele período

pelo fato do Brasil fazer parte do comércio internacional, e a singularidade que o liberalismo ganha na realidade histórica brasileira está, principalmente, ligada ao fato do Brasil ser um país agrário-exportador demarcado por latifúndios onde a produção fundava-se no trabalho escravo e era dependente do mercado internacional. Os ideais liberais, então, se chocam com a estrutura escravocrata do Brasil, mas em determinado momento acabam se adaptando a essa estrutura e até mesmo chegam a ignorá-la (Schwarz, 2000).

O século XIX foi um período de tensão dessa corrente do liberalismo de caráter democrático. O positivismo já apresentava ser uma forte tendência ideológica presente no Brasil nessa época, mas se tornaria hegemônico somente no final do século XIX com o advento do golpe militar republicano de 1889. A partir da constituição de 1824, o liberalismo, ainda com um certo caráter revolucionário para a época, ganha maior expressão, porém ele esbarra na realidade social brasileira que manteve o escravismo com suporte estatal e amparado pela legislação vigente, como já mencionado anteriormente.

Ao fim, isso criou a possibilidade de críticos de diferentes formações ideológicas indicarem que o Estado liberal burguês não era adequado a particularidade social do Brasil, como é possível constatar nas críticas de Roberto Schwarz, ao se referir como se expressavam sobre esse tema autores como Joaquim Nabuco e Machado de Assis, por exemplo. Diz Schwarz:

Cada um, a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas ideias – em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil – são referências para todos. Sumariamente está montada uma comédia ideológica, *diferente da europeia*. [...] (Schwarz, 2000, p. 12, grifos do autor)

Assim, o ideal Liberal e o Estado burguês não passavam de uma cópia de algo externo que na realidade do país absorve e reproduz elementos e características originalmente contraditórios, expressando o que viria a ser a consolidação do liberalismo conservador. Esse liberalismo de caráter conservador, que não propunha nenhuma ruptura com a ordem ou mudança social efetiva, passa a ser então a expressão político-ideológica da classe dominante, que naquele momento eram frações da burguesia rural muito interessadas no federalismo, na intenção de sobrepor os Estados à Federação (principalmente o estado de São Paulo que concentrava a maior expressão da burguesia em desenvolvimento no país). Ou seja, no Brasil do final do século XIX disputavam espaço três principais vertentes: o liberalismo conservador representando as frações burguesas em crescimento e seus interesses de classe, o positivismo vinculado ao militarismo e o liberalismo democrático, ainda que muito tênue.

Além da crítica de Schwarz à assimilação do liberalismo no Brasil, pós-colonial e ainda escravocrata, o autor sustenta outra tese de igual importância para o entendimento da particularidade brasileira. Além da relação propriedade privada e escravismo, existia também uma grande massa de “homens livres” e pobres cuja dependência era basicamente do favor, o autor delinea então três classes que resultaram da colonização: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”. A relação do homem livre com a classe dos proprietários naquele período foi a dinâmica por onde aconteceu a vida ideológica no Brasil, esses “homens livres” dependiam da classe dominante para o exercício de seus ofícios que iam desde profissões liberais como medicina, até atuações na política, indústria, comércio, etc. e, assim, como esses profissionais e encarregados

dependiam do favor para exercer seu ofício, o pequeno proprietário também necessitava do favor para a segurança de sua propriedade (Schwarz, 2000).

Enquanto o escravismo expressava uma contradição às ideias liberais europeias “importadas” para o Brasil pós-colonial, o favor “[...] tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão particular [...]” (Shwarz, 2000, p. 17). O favor neste contexto é tratado pelo autor como uma categoria “quase universal” das relações sociais do Brasil do século XIX. Presente em outras interpretações acerca da formação social brasileira, o favor aparece como uma forma de paternalismo ou relações familiares tão bem posicionado na sociedade da época que a impessoalidade política do liberalismo perde sua importância, ou melhor, é posto em segundo plano e o escravismo é ignorado. Portanto, conforme o autor, o favor somado a realidade escravista seriam o suporte para que o liberalismo importado da Europa se desenvolva de forma singular na sociedade brasileira.

O liberalismo conservador pode ser entendido como a base político ideológica da classe dominante brasileira. O fio condutor de sua trajetória, entretanto, sofre desvios ao longo da história, onde ocasionalmente tende mais à direita e abraça um conteúdo autocrático e, algumas poucas vezes, se desvia para à esquerda, abraçando temas da democracia. Para entendermos essa trajetória da classe dominante e do que é ou foi uma “tradição liberal” que se reproduziu no Brasil, procuraremos compreender o processo de formação do Estado-nação brasileiro, mesmo que em seus elementos políticos essenciais. Contudo, não pretendemos reproduzir o debate sobre o processo da independência, mas sim capturar ao nível subjetivo de nossa análise os elementos político-ideológicos constitutivos desse momento histórico, suas possíveis permanências e superações, de modo a balizar essa análise diacrônica da República Brasileira entre 1945 e 1950.

Segundo Mazzeo (2015), é possível destacar que a partir da colonização do Brasil se desenvolve uma forma autocrática de dominação política da qual a burguesia não se desvencilha, pelo contrário, a instrumentaliza como elemento político de um projeto de controle social, tornando-se, assim, determinante na formação histórico-política nacional. A perspectiva conceitual de Mazzeo (2015) referente a colonização brasileira é amparada nas teorias do historiador marxista Caio Prado Jr. Para Caio Prado, o processo de colonização do Brasil seguiu um modelo capitalista-mercantil, cujas reverberações persistem desde as origens da formação do país. Mazzeo, no que lhe concerne, procura identificar as particularidades do Estado brasileiro que surgem deste legado histórico, inserindo o conceito de “via prussiano-colonial”, conforme discutido por Del Roio (1998).

O capitalismo brasileiro é caracterizado pelo seu aspecto prussiano, esse conceito se refere a um tipo particular do processo de acumulação de capital cuja principal característica é o desenvolvimento tardio, ou hipertardio, como se refere José Chasin. Está associado a análise de Lenin sobre o processo de consolidação da ordem burguesa, indicando que determinadas nações seguem caminhos diferentes no que tange ao processo de industrialização e ao desenvolvimento do capitalismo, o termo “prussiano” é utilizado pelo autor de maneira particular, não se referindo propriamente a Prússia, mas tomando como referência a via de desenvolvimento do capitalismo naquela região. A característica particular do capitalismo no Brasil será a de via prussiano-colonial, como o autor coloca em seu trabalho, a expressão indica que no Brasil o

caminho do desenvolvimento econômico combinou elementos tardio de acumulação de capital com características próprias de sua condição colonial, isso significa que no Brasil o capitalismo além de se desenvolver tardiamente ainda manteve alguns traços herdados do período colonial. A via prussiano-colonial traz à tona a influência histórica do empreendimento colonizador na formação social e econômica do Brasil (Mazzeo, 2015).

A ideia de uma "via prussiano-colonial" se baseia no conceito de uma "nobreza aburguesada" portuguesa que se estabelece no Brasil, mantendo vínculos com grandes capitalistas mercantis de países como Holanda e Itália (Mazzeo, 2015). Esse conceito busca revelar a especificidade da formação histórica do Estado nacional brasileiro, que “[...] se estrutura ontologicamente como uma particularidade capitalista, originada por características próprias da sua gênese colonial [...]” (Mazzeo, 2015, p. 81). A principal marca desse processo foi uma acumulação de capital iniciada no campo, que, de certo modo, teve como referência a turbulenta acumulação de capital que ocorreu na Europa.

O Brasil, em meados do século XVIII, era o principal núcleo da exploração colonial portuguesa, que já demonstrava claros sinais de decadência e crise de seu sistema de exploração além-mar. A subordinação aos interesses da Coroa Britânica, sobretudo após o Tratado de Methuen (1703), acelerou esse processo. Com a exploração do ouro surgem novas camadas da sociedade brasileira como a pequena burguesia, o desenvolvimento de zonas urbanas e o surgimento de cidades contribuiu para que essa nova configuração social acontecesse, mesmo que de forma tímida. Ainda assim, será a burguesia agrária e latifundiária, escravocrata *par excellence*, que se consolidará como poder hegemônico ainda durante o século XVIII, mesmo com a metrópole expropriando a maior parte da riqueza produzida na colônia¹⁰.

As contradições de classe começam a se acentuar com o surgimento dessa camada média da sociedade, ou pequena burguesia. Frações desta classe social tinham interesses em fortalecer o mercado interno do Brasil e, também, de romper com a estrutura colonial instaurada desde o século XVI. Mas não conseguiram ter maior expressão, sendo a burguesia agrária o agente da independência do país, sem participação do povo e sem romper com a estrutura colonial e escravista (Mazzeo, 2015).

Ainda segundo Mazzeo (2015), a burguesia tolerou e tentou conciliar com a coroa portuguesa devido à abominação de formas democráticas de governo e a desconfiança no povo que, naquele momento, era em sua maioria pessoas escravizadas, que poderiam colocar essa estrutura em perigo para a burguesia. No entanto, essa conciliação não se manteve e resultou em um rompimento com a metrópole, representada pela figura de D. Pedro I e o processo de independência no ano de 1822.

Tal processo histórico permitiu que a burguesia agrário-mercantil ficasse à frente do processo de independência do Brasil. Como desdobramento político-institucional temos a formação de um Estado constituído em função dos interesses econômicos dessa classe. Mazzeo chamará esse processo de “articulação pelo alto”, uma vez que o processo de independência se caracterizou como um grande arranjo político, um verdadeiro acordo de gabinete, entre os grandes proprietários de terra instalados no país, a burguesia mercantil responsável pela reprodução dos mecanismos da exploração colonial e os portugueses. Esses acontecimentos, o rompimento com Portugal e a entronização de Dom Pedro I, sem o impacto de uma agitação ou pressão populares, deixam evidente uma uniformidade das frações da burguesia em relação

a sua postura antipopular e contrarrevolucionária, e mostram que não existem divergências cruciais entre frações da classe dominante quando o assunto é prejudicar o povo (Mazzeo, 2015).

Os elementos ideológicos presentes na superestrutura de Portugal determinaram e influenciaram a formação político-ideológica do Brasil, mas não de maneira mecânica. O conjunto ideológico predominante em Portugal não foi simplesmente transposto, de forma a colonizar os complexos políticos do Brasil. Quando se reproduziram aqui ganharam uma forma particular. Os reinos ibéricos, Portugal e Espanha, começam a entrar em decadência no início do século XVII. Ao manterem em seu próprio território a comercialização de manufaturas de origem inglesa e francesa, Portugal estagnava sua própria produção, além disso, a burguesia portuguesa se subordinava a burguesia espanhola, processo que ficou conhecido como União Ibérica (1580-1640). Nessa situação, Portugal se torna basicamente um componente da economia da Espanha. Mais tarde, o reino português firmou um acordo com a Inglaterra, o já mencionado Tratado de Methuen, de 1703 (ou Panos e Vinhos), onde o comércio têxtil e de vinhos luso ficou condicionado a dinâmica dos britânicos, essa situação consolidou a posição retrógrada e subordinada de Portugal no cenário de expansão do comércio internacional (Mazzeo, 2015).

O “moderno” e o “atraso” estiveram presentes na formação social de Portugal, representados pela coexistência de dois pensamentos: o pensamento burguês e o nobre-mercantil. Além desta característica, a conciliação também fez parte deste processo. Portugal procurou primeiro conciliar as coroas portuguesa e espanhola e mais tarde conciliou o mercantilismo com o processo manufatureiro da Inglaterra.

Neste contexto, o liberalismo reproduzido em Portugal era uma ideologia conservadora de proposta reformista e de manutenção do *status quo*, não uma ideologia de cunho revolucionário e emancipador, tal característica do liberalismo acabou reproduzido na colônia e ganhou um significado singular.

A subordinação da burguesia portuguesa à inglesa, como dito anteriormente, no âmbito do mercantilismo orientou a posição político-ideológica da primeira que irá fortalecer as obsoletas instituições absolutistas durante o século XVIII, nesse quadro também se situa a absorção de um “[...] liberalismo ‘reformado’, adequado a conciliação e não para transformações revolucionárias [...]” (Mazzeo, 2015, p. 87, grifo do autor).

A burguesia brasileira ao ser diretamente influenciada pelo liberalismo já desprovido de seu caráter revolucionário, desponta com uma panaceia de ideários. Todas essas ideias das quais a burguesia se apropria gera uma espécie de ecletismo ideológico. Foi esse ecletismo juntamente com o conservadorismo que definiu a singularidade da burguesia brasileira e se tornou o “primeiro movimento filosófico plenamente estruturado no Brasil”. Ainda que a formação da burguesia brasileira seja tardia e deficitária, ela herda ideologias de cunho liberal-iluminista da metrópole, reproduzindo um conteúdo também particular, que se constituiu como mais um elemento da conceituação da via prussiano-colonial brasileira, mesmo que essa apropriação dos ideais liberais expressem um conteúdo histórico já decadente e tardio no desenvolvimento do capitalismo (Mazzeo, 2015).

As ideias no seu “devido lugar”

Ao longo de seu desenvolvimento político e social, o Brasil assimilou conceitos e ideais europeus que, fora do contexto da metrópole, pareciam "fora do lugar". A sociedade colonial era marcada por estruturas sociais arcaicas, enquanto a superestrutura política adotava um caráter liberal, com propostas consideradas modernas e avançadas (Schwarz, 2000). Assim, o Estado nacional surge numa economia amplamente fundamentada na escravidão, configurando um Estado com uma aparência de liberalismo, mas que se mostra incompleto e inconcluso.

Para Schwarz (2000) a relação entre as ideias liberais e sua aplicação prática no Brasil são inconsistentes por si só. Mas ainda assim, para ele, mesmo que os ideais liberais fossem incompatíveis com a realidade brasileira do século XIX elas não poderiam ser ignoradas. Mesmo o Brasil, bastião da escravidão, viu-se “envergonhado” perante elas, e ao mesmo tempo virulento pois elas já não serviam para nada na realidade posta do Brasil, mas mesmo essa vergonha e a “não aplicabilidade” não impediu que o Brasil as adotassem mesmo que de maneira estética, afinal, o liberalismo era a ideia mais adiantada do planeta (ou mais ou menos já que o socialismo dava seus primeiros passos).

Estrutura-se um Estado com divisão dos poderes, mas com um núcleo autocrático institucional. Na vida política nacional, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras eram escravos e escravas e a classe dos homens livres dependiam do favor da classe dos proprietários. Logo, não tinham espaço dentro da vida produtiva. Assim, o Brasil se torna um Estado nacional em 1822 com uma sociedade civil incompleta e com ideais liberais ambíguos e dicotômicos (Schwarz, 2000).

Ademais, a formulação marxiana que aponta para o esgotamento histórico do caráter revolucionário da burguesia, enquanto classe que produziu uma teoria social que propunha transformar radicalmente o passado que persistia desde o Antigo Regime, parece-nos bastante elucidativa. Ao analisar a particularidade da revolução burguesa na Alemanha, Marx aponta que o universalismo revolucionário burguês regrediu ao conservadorismo – e até mesmo ao reacionarismo – diante da emergência do movimento operário e das Revoluções de 1848 (Marx, 2020). Na Alemanha, a burguesia se alia à antiga nobreza – *junkers* – para derrotar a revolução proletária que tomam as ruas e as fábricas. Na França, a reedição do Golpe de Estado de 1799, agora em 1851, fazem - primeiro o tio, depois o sobrinho – transparecer de forma cristalina os caminhos que a burguesia passaria a percorrer para se manter no poder. Governos ditatoriais, abertamente autocráticos, seriam utilizados sempre quando necessário barrar qualquer avanço do proletariado e fazer prevalecer o interesse e o domínio burgueses. O bonapartismo passaria a ser a marca do conservadorismo/reacionarismo da burguesia (Marx, 2021).

Ainda em meados do século XIX, período em que o liberalismo até então na Europa começa a tomar rumos distintos do que propunha na suas formulações clássicas, uma figura que ganha bastante notoriedade na sociedade brasileira é François Guizot. Liberal conservador membro da aristocracia, foi ministro no reinado de Luíz Felipe I, o rei burguês, e autor do livro “*A Democracia na França*”, que ganhou bastante repercussão no Brasil oitocentista. Antes mesmo de publicar o livro em brochura, Guizot

disponibilizou o manuscrito entre seus amigos e também para a imprensa francesa da época, em um gesto que tem, segundo a autora Marisa Midore Deaecto:

[...] relação direta com as condições sociais e políticas de produção do livro. Para relembrá-las, em poucas palavras: escrito no exílio, *De la Démocratie em France* era a um só tempo uma plataforma política para o partido orleanista, um apelo de união dos conservadores e a promessa de retorno à cena pública do ex-todo-poderoso-Ministro (Deaecto, 2021, p. 206).

O livro de Guizot é um escrito totalmente contrário ao que poderíamos definir como uma democracia de caráter emancipatória, mesmo em um conteúdo liberal. Abertamente antissocialista, o autor diz que o que levou a França ao caos, referindo-se principalmente ao sufrágio universal, foi o socialismo de Proudhon, dado que “[...] o ataque direto a Proudhon se justifica pelo fato de ser o socialismo o grande mal, senão, a origem de toda a desordem social que aplacava o povo francês [...]” (Deaecto, 2021, p. 211). No livro, Guizot se refere a democracia como sendo a “trincheira de tudo o que há de ruim no mundo”. “*A Democracia na França*” teve uma repercussão bem acentuada mesmo antes de ser editado. Como já mencionado, foi difundido pela imprensa francesa em uma “união de conservadores”. Os jornais que o publicaram se autoproclamavam como “um grito contrarrevolucionário que defendiam uma bandeira da ordem social” e, não por acaso, esses jornais se apoiavam principalmente na polêmica contra os socialistas. Todas essas questões em torno da publicação do livro de Guizot na França no período da restauração vai muito além de um discurso, ele serviria de apoio a um projeto político conservador (Deaecto, 2021).

O livro de Guizot rompe a barreira continental e passa a ser editado no Brasil, mas, antes de ser lançado como livro no país, seguiu-se o mesmo padrão que ocorrera na França. Alguns jornais de ampla circulação, como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, já haviam publicado alguns excertos do exemplar. Era corriqueiro que os cidadãos brasileiros se informassem sobre o que ocorria na Europa, em especial na França daquela época. Todos esses eventos coincidiram com o período em que ocorreu a Revolução Praieira¹¹, em Pernambuco. Da forma como entendemos, a edição de *Démocratie* no Brasil guarda uma relação próxima com os eventos universais mas, também, particulares, ou seja, as revoluções que eclodiram na Europa e as campanhas emancipacionistas no Brasil. As palavras de Guizot surgiram como uma ‘medida’ para esses eventos. Toda proposta construída em torno da recepção de “*A Democracia na França*” se volta contra a Revolução Praieira, havia um temor muito grande de que esse levante, que acontecia em uma província, expressasse a força do povo da mesma forma como se expressou em Paris em 1848, e com a Primavera dos Povos na Europa Central daquele período (Deaecto, 2021).

François Guizot era contra tudo o que considerava ameaçar a família, bons costumes, a propriedade e, principalmente, a ordem (características rotineiras ainda hoje no liberalismo brasileiro). De forma sucinta, o livro de François Guizot se apresenta como uma solução às revoluções (Deaecto, 2021), e influenciou o que por aqui entende-se por liberalismo e conservadorismo.

Partindo do pressuposto de que a UDN foi um partido que representava os interesses da burguesia brasileira, não é difícil concluir que ela foi uma “continuadora” do liberalismo eclético e ambíguo que historicamente se consolidou no Brasil. Entretanto, não podemos considerar que essa continuidade aconteceu de maneira linear é preciso analisar dentro de suas particularidades no processo histórico

brasileiro, como uma forma de *aggiornamento*, ou seja, o programa político da UDN possuía suas singularidades que representavam o momento histórico das suas disputas políticas, por esse fato, não se deve entender essa continuação como uma “continuação idêntica “daquele liberalismo do início do Estado brasileiro, esse tipo de interpretação incidiria em um anacronismo raso. A continuidade que nos referimos aqui trata-se de algo que expressa elementos próprios, como a ambiguidade liberal, que foi a principal característica do udenismo, a título de exemplo, o mesmo partido que votou a favor do monopólio estatal do petróleo e contra a cassação dos comunistas parlamentares, era também um partido de entreguistas e lesas-pátrias, que se opunham à intervenção do Estado na economia e denunciavam “infiltração comunista” (Benevides, 1981).

Dado que a UDN foi um partido com traços particulares do liberalismo brasileiro, é preciso, aqui, insistir que o liberalismo se desenvolveu na história brasileira como um ideal importado, mas que se adequou muito mal a realidade social da periferia do capitalismo. Na Europa se mostrou como uma verdadeira conquista crítica e de mudança social, já no Brasil, não passou de uma moda da época que não servia para a realidade brasileira do século XIX (nem de tempos atuais) (Schwarz, 2000).

As ideias de um autor contemporâneo dizem muito sobre como o liberalismo foi assimilado e reproduzido no Brasil. Assim, fazemos referência ao livro do liberal conservador Olsen Henrique Bocchi, publicado em 2021 cujo título é elucidativo: “Conservadorismo liberal: um retorno sobre os rumos do conservadorismo no Brasil”. Trata-se de um escrito não tão breve sobre o entendimento que o autor tem a respeito de como se deu a propagação do liberalismo no país. Nele, Bocchi apresenta quase que um dicionário sobre diversos autores liberais, desde John Locke a David Ricardo, passando por Edmund Burke e Friedrich August von Hayek. A proposta do autor é mostrar como o conservadorismo é um meio para aplicar o liberalismo na política e na economia. As orientações e críticas apresentadas são aquelas comumente expressas nas propostas políticas que se consideram liberais no Brasil, como, por exemplo: diminuição da intervenção estatal em empresas, privatizações, reformas previdenciária, administrativa e trabalhista, discurso anticorrupção, etc. Conforme o autor, o conservadorismo como meio para difundir o liberalismo faria com que os cidadãos sentissem orgulho e amor à pátria, pois o Estado projetaria seus valores nos indivíduos, portanto, o conservadorismo seria

[...] *uma ciência moral por excelência*. Muitos qualificam como contraditória a possibilidade de uma ciência moral, mas o ser humano, em seu âmago, possui natureza conservadora, uma vez que sempre busca a sua autopreservação, sendo que ambos os conceitos (conservadorismo e autopreservação) são umbilicalmente atrelados [...] (Bocchi, 2021, p. 55, grifos do autor).

Já o entendimento que o autor tem sobre o liberalismo é de que

[...] é simplesmente uma defesa do individualismo, que, quando respeitado, geram a divisão do trabalho, a cooperação social e a intensificação progressiva dos vínculos sociais. Por esta razão premente é que se identifica particularmente com o conservadorismo [...] (Bocchi, 2021, p. 54).

Nesse livro, o autor esconde o caráter revolucionário do liberalismo clássico e enaltece os liberais conservadores para, nas palavras dele, concluir que “[...] ser conservador é reconhecer o passado para compreender o presente e, com base [...] de ambos, projetar o futuro [...]” (Bocchi, 2021, p. 56). Como é

possível notar através deste livro, o liberalismo toma rumos bem distintos no Brasil daqueles que foram propostos no seu berço, ou seja, a Europa. Eis a essência daquilo que Roberto Schwarz denominou “as ideias fora do lugar”.

A institucionalização da UDN no fim do Estado Novo

O contexto político que trataremos tem como ponto de partida a fundação oficial da UDN e sua institucionalização enquanto partido organizado. Faremos uma breve discussão procurando ambientar o momento em que os grupos que antecedem sua criação se reúnem para formalizar o partido. Também procuraremos abordar elementos políticos que são definidos como características centrais da UDN, ou seja, golpismo, moralismo, autoritarismo, antipopulismo etc. Sendo assim, passemos à explanação.

As tensões políticas que ocorreram no início de 1945 tiveram importante papel para o surgimento da UDN como um partido reconhecido e institucionalizado. Os motivos que levaram as mais distintas vertentes políticas a se reunirem e fundarem o partido determinou toda a trajetória da UDN durante o período pós-Estado Novo até o golpe militar em 1964. Ainda durante o Estado Novo, mas já próximo do seu fim, determinados grupos da sociedade civil já se articulavam para formar o partido, como foi o caso do *Manifesto dos Mineiros* (1943) que representou, de certa forma, uma espécie de embrião da UDN.

O *Manifesto dos Mineiros*, datado de 24 de outubro de 1943, foi um documento elaborado e assinado por intelectuais e personalidades da vida pública e econômica de Minas Gerais. Com 92 assinaturas, o manifesto foi, essencialmente, uma resposta das elites liberais mineiras à sua perda de poder durante o Estado Novo. Os signatários alegavam que Vargas havia traído a Aliança Liberal como sugere Orlando Cavalcanti (1978, p. 28, grifos do autor)

Quem se der ao trabalho de analisar o chamado Estado Novo (na Itália – Itália *Nuova*; na Alemanha – Grande Reich) desde sua implantação até sua agonia atual, em todas as suas minúcias, com todos os seus processos *sui generis*, com todas as suas misérias morais, chegará a concluir, indubitavelmente, que a sua origem, suas sete letras da palavra TRAIÇÃO.

O documento é considerado um embrião do partido e visto, por boa parte da história política brasileira, como um fator determinante para a queda de Getúlio Vargas em 1945. Embora o manifesto não apresentasse uma proposta de rompimento com o regime, seu conteúdo era puramente formal. Seus principais articuladores foram também membros fundadores da UDN, como Pedro Aleixo, Odilon Braga, Milton Campos e Virgílio de Melo Franco, entre outros (Benevides, 1981).

Quanto ao conteúdo do *Manifesto dos Mineiros* (inicialmente denominado "Manifesto do Povo Mineiro"), percebe-se que a linha seguida era conservadora, remetendo à antiga política federalista brasileira. A importância do documento reside no fato de ter sido a primeira manifestação coletiva e assinada pelas elites liberais, que até então não haviam se posicionado contra Vargas. Isso resultou em medidas punitivas por parte do governo:

Dos primeiros signatários do Manifesto, foram imediatamente “punidos” trinta e tantos, não o sendo os demais por exercerem profissões liberais. Trinta e tantos foram despojados de cargos públicos e particulares [...] chegando a intromissão do Governo

Federal e de seu representante em Minas a impor, sob ameaças, a destituição de membros de administração de sociedades anônimas, regular e legalmente eleitos (Cavalcanti, 1978, p. 48).

Como se viu, os signatários foram demitidos de seus cargos ou aposentados compulsoriamente, embora sem perseguições severas, como as impostas aos opositores de esquerda, que foram perseguidos, exilados ou presos pelo regime. O próprio manifesto sofreu censura do Estado Novo, o que dificultou sua impressão e distribuição. Coube aos signatários realizar essa tarefa; o manifesto foi impresso e distribuído de mão em mão, sem uma divulgação ampla e coordenada (Dulci, 1986).

A classe trabalhadora não é mencionada no *Manifesto dos Mineiros*, nem há qualquer menção a questões pertinentes aos estudantes, por exemplo. Fica claro que o conteúdo do documento é pautado pelos interesses da burguesia mineira. Embora haja algum reconhecimento dos avanços materiais que a industrialização trouxe para diferentes camadas da sociedade brasileira — já que negar isso seria ilógico —, no fim, o caráter ideológico do *Manifesto dos Mineiros* resume-se à velha máxima liberal de “liberdade individual” (ou “liberdade democrática”). Em suma, o *Manifesto dos Mineiros* é, ainda hoje, um documento importante que representa de forma fiel como o liberalismo se desenvolveu (e ainda se desenvolve) na particularidade brasileira: uma constante ambiguidade.

No início de 1945, é promulgado o Decreto-Lei 7.586/1945, que ficou popularmente conhecido como lei Agamenon¹², reestabelecendo a Justiça Eleitoral no Brasil. As eleições gerais, suspensas desde 1937, seriam retomadas e os partidos poderiam apresentar seus candidatos para os cargos do legislativo e executivo. É neste cenário, de renovação política e social, que a UDN foi fundada oficialmente dia 7 de abril com duas pautas principais: reconquista das liberdades e frente ampla de oposição ao varguismo. O movimento que culmina na fundação do partido foi diferente do que era o corriqueiro. Primeiro foi lançada a candidatura do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes, seu nome já pairava no cenário político antes mesmo de o partido ser institucionalizado e em torno deste se reuniram as forças políticas udenistas (Benevides, 1981).

Os grupos que formaram o partido eram: as oligarquias que perderam espaço na cena política após 1930, como a família Caiado em Goiás e os Nery no Amazonas; os antigos aliados de Getúlio Vargas que afirmavam ter sido traídos por ele, como os membros da Aliança Liberal, que diziam discordar da “inclinação tenentista” do novo governo; aqueles que participaram e ganharam notoriedade política durante o Estado Novo, como José Américo, que herdou o legado político de João Pessoa na Paraíba, ou a família Távora no Ceará, mas que se afastaram antes do fim do regime; os liberais regionalistas, que, assim como os antigos aliados de Vargas, também criticavam o “tenentismo” do Estado Novo, como foi o caso de Prado Kelly e Soares Filho, em São Paulo; e, finalmente, as esquerdas, compostas majoritariamente por sociais-democratas reunidos na Esquerda Democrática. Os comunistas eram minoria na UDN e romperam com o partido pouco tempo após sua fundação (Dulci, 1986).

É notável a heterogeneidade da formação do partido, reconhecida inclusive na ata de fundação. Conforme Picaluga (1980, p. 28, grifos da autora): “[...] reuniram-se os delegados dos partidos estaduais e correntes de opinião, que se congregaram para formar a ‘União Democrática Nacional’, cujos nomes constam da lista

de presença no livro próprio.” Apesar dessa composição diversa, a UDN se manteve coesa por um período, unida pela campanha pela anistia irrestrita, pelo fim do regime, pela liberdade de imprensa e contra a intervenção estatal — valores importantes para a classe média, que se tornou sua base eleitoral (Picaluga, 1980).

Alguns dos membros fundadores afirmavam que a UDN havia se constituído como um partido de “ideais, e não de ideias”, reunido em torno de princípios. No entanto, o grande órgão suprapartidário que os udenistas idealizaram se desfez rapidamente. Os primeiros a se afastar do partido foram os membros do Partido Republicano, seguidos pelos integrantes da Esquerda Democrática, após a aprovação da Constituição. É importante ressaltar que a Esquerda Democrática¹³ nunca foi um grupo orgânico da UDN; a aproximação se deu por dois motivos: primeiro, pela oposição comum ao Estado Novo e pela defesa da redemocratização; e segundo, porque a ED não possuía capacidade de mobilização eleitoral própria. Tanto é que, nas eleições para a Constituinte, a Esquerda Democrática concorreu sob a sigla UDN-ED (Picaluga, 1980).

Diferentes nomes compuseram a UDN. Carlos Lacerda foi, sem dúvida, o udenista mais popular, mas houve outras figuras e tendências importantes no partido que merecem destaque. As diferentes correntes udenistas foram fundamentais para a existência do partido e moldaram sua atuação ao longo do tempo. Não nos aprofundaremos neste assunto, pois isso demandaria mais tempo e espaço neste trabalho; por ora, faremos apenas uma descrição geral com o objetivo de destacar outras personalidades udenistas.

Virgílio de Melo Franco nasceu em 1897, formou-se em direito e seguiu na política desde a juventude. Foi deputado estadual por Minas Gerais, estado em que nasceu, durante o governo de Washington Luís pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), partido que mais tarde ajudou na articulação da Aliança Liberal. Posteriormente, Virgílio de Melo Franco se juntou aos signatários do “Manifesto dos Mineiros”, desta vez se opondo a Vargas. Sua carreira na política se deu principalmente pelo fato de Virgílio ser de uma família de longa trajetória na vida pública; seu avô, Cesário Alvim, já havia sido deputado por Minas Gerais e Ministro da Justiça ainda no período do Império (FERRO, 2015). Virgílio morreu assassinado em 1948, pouco tempo após articular a fundação da UDN. Entretanto, deixou um legado político muito importante para o partido.

O irmão de Virgílio, Afonso Arinos de Mello Franco, também foi um udenista de destaque. Entrou para a política mais tarde que Virgílio, somente em 1943, quando ajudou na elaboração do *Manifesto dos Mineiros*. Foi fundamental na fundação da UDN e elegeu-se deputado federal por Minas Gerais em 1946. Seguiu na política até a década de 1960, quando foi Ministro das Relações Exteriores no governo de Jânio Quadros (FERRO, 2015). Outros nomes tiveram destaque ao longo dos anos de existência da UDN, como Armando de Salles de Oliveira, que participou da idealização da UDN e da redação do Manifesto dos Mineiros enquanto estava no exílio em Buenos Aires, ainda no início da década de 1940; José Américo e Prado Kelly, que trabalharam na candidatura de Eduardo Gomes e foram responsáveis pelas decisões em torno desse assunto; e também Aliomar Baleeiro, secretário-geral da UDN e uma das lideranças da “Banda de Música” (Benevides, 1981).

Em decorrência do destaque que essas personalidades conquistaram, o partido acabou ganhando certas alcunhas como por exemplo o “partido dos grã-finos” ou dos “cartolas” e ainda “partido dos notáveis” dentre outras. Até parte da década de 1950 a UDN já estava bem dividida, os bacharéis em direito dominavam o partido e tinham sua própria vertente udenista, a chamada “Banda de Música” que tinha como figura principal Afonso Arinos cujo único objetivo era fazer oposição a tudo que remetia a Getúlio Vargas. Os lacerdistas formaram outra corrente dentro da UDN, muito mais radical e fortemente golpista além de serem anticomunistas convictos, mais adiante na história do partido novas correntes foram se formando, vale um destaque a chamada “Bossa Nova” que ganhou forma ao final na década de 1950 e a proposta era de “renovar o partido” formada por jovens políticos, a Bossa Nova não era tão radical como lacerdistas e a Banda de Música, mas ainda assim, eram udenistas (Benevides, 1981). De forma resumida, estas foram as três principais tendências que se formaram no interior do partido nos primeiros anos de sua fundação.

A presença de diferentes agrupamentos corrobora com a tese de que a UDN era um partido eclético com diferentes tendências, podendo levantar a hipótese de ser “vários partidos” em um só, ou como coloca Maria Vitória Benevides “várias UDN’s”, tanto na dinâmica externa quando na interna do partido, e a existência dessas várias UDN’s fará parte do *modus operandi* do partido desde a sua fundação, em 1945, até seu fim, em 1965, com o advento do Ato Institucional número 2¹⁴ que extinguiu todos os partidos políticos, além do liberalismo ambíguo característico da UDN (Benevides, 1981).

O partido também apresentava outras particularidades como citado anteriormente, tais como elitismo, moralismo, golpismo, autoritarismo, antipopulismo e anticomunismo que já se expressavam em sua formação. Passaremos a tratar, de maneira breve, dos significados que esses elementos traziam à UDN.

O anti-getulismo da UDN mais tarde se confunde com o anticomunismo que o partido expressou durante toda a sua trajetória. O elitismo era habitualmente expresso e enaltecido pelos udenistas sempre nas “[...] afirmações de que os melhores não podem perder [...]” (Delgado, 2006, p. 41), particularidade diretamente ligada ao fato de representantes de frações da alta burguesia e da classe média fazerem parte da composição da UDN. O golpismo era um dispositivo que os udenistas justificavam como algo para auxiliar no combate ao comunismo e, também, explicar e defender as alianças que a UDN fazia com militares. Um fato que salta aos olhos era que Carlos Lacerda chegou a citar “golpe dentro da ordem para manter a ordem” diversas vezes e os próprios udenistas da tendência lacerdista se auto intitulavam “golpistas democráticos”. Já o moralismo da UDN era auto identificado como uma qualidade baseada em decência, vergonha e dignidade, e o antipopulismo era apoiado nesse moralismo, era comum o partido moralizar o debate político.

A característica autocrática da UDN derivava do fato de que o partido priorizava os meios de fazer política, tornando os fins menos importantes. Por exemplo, para os udenistas se reunir com militares ou propor golpes para manter a ordem tinha maior importância do que as conseqüências que essas articulações levariam, além da oposição a tudo o que era contrário ao que o partido propunha enquanto projeto político-econômico (Delgado, 2006).

Quando ocorreu a cassação do registro do PCB, em 1947, é importante ressaltar que a UDN se dividiu: uma parte apoiou a cassação, alinhando-se ao governo Dutra e às demais frentes que defendiam o cancelamento do registro do Partido Comunista. Outra parte, formada por udenistas que se consideravam

liberais clássicos, foi contra a cassação, argumentando que manter o PCB na legalidade facilitaria a vigilância sobre os comunistas, já que, na ilegalidade, o partido teria mais chances de organizar “ações subversivas” sem sofrer consequências legais.

De fato, o PCB foi alvo de perseguições e repressão mesmo na ilegalidade; talvez os udenistas que desejavam vigiar os comunistas tenham “esquecido” que a burguesia autocrática brasileira sabia muito bem o “perigo” que o PCB representava naquele período e não deixaria os comunistas em paz, nem na ilegalidade — ainda mais pelo fato de o PCB ter sido o maior partido de esquerda da América Latina. No fim, essa discordância entre os udenistas sobre o PCB só corrobora a tese das várias “UDNs” que tratamos em diferentes momentos deste trabalho.

A título de conclusão: a atualidade da ideologia udenista

O ano de 2013 foi marcado por grandes manifestações que abriram espaço para o ressurgimento e a rearticulação de organizações políticas de extrema direita. Naquele momento, o país passou a sentir de forma direta e profunda os efeitos da crise econômica que havia eclodido em 2008 nos Estados Unidos, e a “marolinha” que havia atingido a economia brasileira – como então havia classificado o presidente Lula em seu segundo mandato – se transformou num verdadeiro “tsunami” durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (Deo, 2021, p. 284). Os desdobramentos da crise foram diversos e as manifestações políticas, sobretudo as manifestações de massas que tomaram as ruas do país a partir de junho de 2013 – suas causas, principais frações de classes envolvidas e motivações políticas e econômicas – produziram efeitos que viriam a marcar profundamente a história do país. Referimo-nos ao Golpe de Estado de caráter jurídico-parlamentar, levado à diante pela burguesia interna, articulada com importantes setores do Poder Judiciário, com ampla participação dos monopólios midiáticos do país e do capital-imperialismo¹⁵ que se articula internacionalmente, mas que ainda possuem como núcleo dinamizador os EUA e sua fração financeira, que impediu o segundo mandato da presidente reeleita através do voto, Dilma Rousseff.

A análise de toda a complexidade dos fatores apenas mencionados acima, foge aos nossos interesses e ao escopo do trabalho aqui apresentado. O que buscaremos indicar, como proposta de reflexão possível nessas linhas provisoriamente conclusivas, diz respeito à revitalização do discurso golpista, articulado ao anticomunismo, ao moralismo de cariz cristão e ao elitismo, que permeou boa parte da elaboração política da direita que se rearticulou nesse processo, e suas possíveis conexões com as históricas propostas udenistas. De forma direta, indagamo-nos sobre a possibilidade de revitalização e, portanto, identidade do discurso conservador/reacionário da direita atual, com aquele elaborado no contexto histórico de fundação e atuação da UDN.

Como podemos observar desde então, os elementos discursivos acima mencionados, de caráter ideológico, estão presentes nas proposições políticas do conservadorismo/reacionarismo revitalizado a partir de 2013. A “ameaça comunista” passou a ser utilizada como argumento em duplo sentido: para criminalizar os partidos e movimentos sociais do amplo espectro político da esquerda – principalmente o PT –, ao mesmo tempo que passa a ser combatida a partir do aprofundamento de propostas liberais, políticas

e econômicas, aprofundando o discurso neoliberal em um novo momento de expansão dos domínios do capital financeiro e de expropriação dos fundos públicos através do mecanismo espoliador da apropriação privada das dívidas públicas dos Estados nacionais, diante da crise estrutural/civilizatória do capital.

Articulou-se a esse argumento um outro, indicando que os partidos políticos, as lideranças e os governos cuja origem se encontra nas frações do proletariado brasileiro criaram uma rede de corrupção que teria devastado o Estado brasileiro. O discurso – sempre ideologicamente orientado – de que o PT era a maior organização criminosa do país ganhou corpo e forma através de uma articulação entre parte do poder judiciário, dos monopólios midiáticos e da burguesia internamente instalada. A maior expressão desse processo foi a famigerada “Lava Jato”, articulação política-institucional que se utilizando largamente do *lanfare* fabricou provas e fatos contra a esquerda em geral, e o PT, especificamente, construindo um consenso em torno da proposta de aprofundamento do neoliberalismo no país e de expurgo de qualquer representante dos trabalhadores do poder. O impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016 e a prisão de Luiz Inácio, em abril de 2018, foram o ápice desse processo. Completa esse quadro, a crescente eleição de políticos vinculados ao pensamento político conservador/reacionário, que passaram a desfrutar de grande notoriedade e publicização à medida em que se apropriavam das manifestações públicas de massas, através de organizações como o “Vem Pra Rua” e o “Movimento Brasil Livre”. A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, pode ser considerada como uma síntese dessa quadra histórica, numa complexa conjuntura de ressurgimento revitalizado do pensamento reacionário brasileiro.

Feito um amálgama ideológico, o crescimento vertiginoso da influência religiosa, sobretudo de cariz Neopentecostal – mas não só, uma vez que setores conservadores da Igreja Católica também compuseram o contexto citado –, fundado na proposta de uma Teologia da Prosperidade, instrumentalizada como ferramenta política do discurso conservador/reacionário, ganhou – e vem ganhando – força expressiva na configuração política nacional, uma vez que as igrejas evangélicas se transformaram em verdadeiros comitês eleitorais de políticos que articulam propostas econômicas de aprofundamento radical do liberalismo, perpassadas por conteúdos fascizantes que se expressam através das “bancadas da bíblia” que se espalham pelos poderes legislativos do país, em nível federal, estadual e municipal.

Como é possível notar, os elementos constitutivos do liberalismo udenista estão presentes de forma renovada na atualidade brasileira. Contudo, mais do que propriamente uma característica exclusiva, ou que se assemelha à UDN, essa composição político-ideológica é própria do caráter da burguesia que aqui se desenvolve, numa particularidade específica de objetivação do capitalismo, que vai se renovando historicamente, absorvendo novos elementos das conjunturas específicas, mas que revela características da burguesia e da composição do bloco histórico burguês que exerce hegemonia no país. Como tentamos demonstrar, um dos elementos compósitos desse caráter é a forma conservadora/reacionária com que a burguesia se apropria e reproduz o liberalismo. De tal forma que aquilo que poderíamos identificar como um processo de Revolução Burguesa no Brasil, não aponta sequer para o horizonte da emancipação política, de uma plena cidadania – em sentido burguês, propriamente. Pelo contrário, é uma burguesia que vai lançar mão do expediente dos Golpes de Estado, articulando-se nas cúpulas dos tribunais, dos parlamentos e dos quartéis, para manter seu domínio e controle político, da expropriação da força de trabalho, do conjunto da

população brasileira. Se há uma identidade do discurso udenista com a atual revitalização das propostas conservadoras/reacionárias na atualidade, essa se deve pelo fato de a burguesia brasileira, aqueles que dominam os meios de produção e se articulam politicamente através do Estado para isso, perpetuar as mesmas práticas de meados do século passado. De tal forma que não revitalização, mas sim, atualização histórica do conservadorismo.

Referências:

- BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o Udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 51).
- BOCCHI, Olsen Henrique. **Conservadorismo Liberal**: um roteiro sobre os rumos do Conservadorismo no Brasil. São Paulo: Dialética, 2021.
- CARVALHO, Marcus de. Os nomes da revolução: lideranças populares na insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238, jan. 2003.
- CAVALCANTI, Orlando. **Os insurretos de 43**: o Manifesto dos Mineiros e suas consequências. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978
- DEAECTO, Marisa Midori. **História de um Livro**: A Democracia na França, de François Guizot (1848-1849). Cotia: Ateliê Editorial, 2021.
- DELGADO, Lucília De Almeida Neves. **PTB**: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DELGADO, Marcio de Paiva. **O “golpismo democrático”**: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.
- DEO, Anderson. **O labirinto das ilusões**: consolidação e crise da social-democracia tardia brasileira. Curitiba: Appris, 2021.
- DUARTE, Regina Horta. Tempo, política e transformação: Teófilo Otoni e seu lenço branco. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 101-110, jun. 2002. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2002.1.23789>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23789>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1986.
- FERRO, Flávia Salles. **Vírgilio de Mello Franco**: trajetória política em contexto de mudanças (1929-1948). 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Nacional de 1927 a 1929: Um estudo dos capitais familiares e políticos dos seus dirigentes. *In revista Albuquerque*, vol.12, n.24, jul.-dez. de 2020.
- HIPPÓLITO, Lucia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARX, K. **Nova Gazeta Renana**: órgão da democracia. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2020.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROIO, Marcos Del. Resenha de: MAZZEO, Antônio Carlos. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Cortez Editora, 1997, 144 p. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 142-145, 1998.

PICALUGA, Isabel. **Partidos Políticos e Classes Sociais: a UDN na Guanabara**. Petrópolis: Vozes, 1980.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político de classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da; FELDMAN, Ariel. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 143-163, jul./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000200143&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X011021008>

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1973.

Notas

¹ Livre Docente em Ciência Política Contemporânea pela Unesp. Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/campus Marília. Pesquisador financiadp pela Fapesp - Auxílio Regular Processo N° 2022/05867-1. Líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana - Trabalho, sociabilidade e emancipação humana. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3488579869641105>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6081-3159>. E-mail: deoanderson@hotmail.com.

² Mestranda em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/campus Marília. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana - Trabalho, sociabilidade e emancipação humana. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7216514098234059>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8806-361X>. E-mail: marina.calori@unesp.br.

³ Aliança Liberal foi uma articulação política que surgiu na década de 1920, liderada por figuras políticas de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com o intuito de apoiar a candidatura de Getúlio Vargas em oposição a República Velha (Dulci, 1986).

⁴ O Manifesto dos Mineiros foi uma carta aberta publicada ainda no ano de 1943, no aniversário dos acontecimentos de 1930. Foi escrita e assinada por importantes intelectuais ideologicamente liberais do estado de Minas Gerais. Entre os 92 signatários estavam nomes como Afonso Arinos de Melo Franco, Pedro Aleixo, Odilon Braga, entre outros. A carta defendia, em linhas gerais, o fim do Estado Novo e advogava em favor do retorno às eleições. (Benevides, 1981).

⁵ Utilizamos aqui a definição de "frações de classe", tal como definido em POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

⁶ O Brigadeiro Eduardo Gomes seria o candidato à presidência da UDN nas eleições gerais de 1945.

⁷ Jornalista e político, foi militante republicano durante o império. É dele o gesto de acenar com um lenço branco para o povo, que se tornou símbolo do liberalismo brasileiro (cf. Duarte, 2002) e em 1945 foi reivindicado pela UDN na chamada "campanha do lenço branco".

⁸ A data marca o episódio histórico da "Abdicação de D. Pedro I" em favor de seu filho, D. Pedro de Alcântara. O que se sucedeu à renúncia ficou conhecido como Período Regencial (1831-1840) que na história política brasileira é marcado por revoltas regionais que eram "ameaças à unidade do Império e por importantes redefinições políticas e institucionais". A imprensa teve papel fundamental, naquele momento, para a circulação de ideias entre os grupos políticos antagonísticos, entre liberais moderados ou exaltados e os conservadores (Silva; Feldman, 2010, p. 143).

⁹ Conforme discussão disponível em "O Labirinto das Ilusões: Consolidação e crise da social democracia tardia brasileira" Ver fundamentalmente, a Parte I, intitulada "O sentido da modernização brasileira" (Deo, 2021, p. 37 e ss.)

¹⁰ Corroborava com essa situação, a decretação do Alvará de 5 de janeiro de 1785, expedido pela rainha de Portugal D. Maria I (1777-1815), que em linhas gerais proibia a instalação de manufaturas e indústrias no Brasil.

¹¹A Revolução Praieira foi um levante que ocorreu na província de Pernambuco entre 1848-1849, cuja disputa política se deu entre conservadores e os chamados praieiros. Em linhas gerais, defendeu uma proposta política liberal e federalista para o Brasil, além das reivindicações que envolviam condições dignas de trabalho. Foi a última revolta que envolvia anseios e a participação popular durante o Brasil Império (Carvalho, 2003).

¹² Agamenon Magalhães foi o ministro da justiça do governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo.

¹³ A ED se tornou o Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1947 sendo João Mangabeira seu então presidente.

¹⁴ Um dos principais mecanismos jurídicos utilizados pelo governo civil-militar instaurado pelo Golpe de 1964, os Atos Institucionais se caracterizaram pela imposição autocrática de medidas político-administrativas que passavam a ter a força de Lei Constitucional a partir do momento que eram decretados. Ao todo foram 17 Atos Institucionais durante a ditadura civil-militar (1964-1985), sendo o mais conhecido o AI-5 (13/12/1968), devido ao seu conteúdo explicitamente ditatorial que amparou legalmente a autocracia do governo militar.

¹⁵ Utilizamos aqui o conceito formulado por Virgínia Fontes (2010).

Enviado em: 21 de fev. 2024
Aprovado em: 18 de nov. 2024